



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE RANA
CONCELHO DE CASCAIS

Mandato 2021/2025

ATA N.º 3

12 de janeiro de 2022

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE RANA, REALIZADA NO DIA DOZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS -----

-----ATA NÚMERO TRÊS-----

----- (Mandato 2021-2025) -----

---- Aos doze dias de janeiro de dois mil e vinte e dois reuniu, por videoconferência, a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Rana, sob a presidência de Rafael Ribeiro Neto, coadjuvado por Ana Carina da Silva Fonseca Pais, primeira secretária, e Hugo Miguel da Silva Fernandes, segundo secretário.

---- Para além dos atrás mencionados, assinaram a lista de presenças os seguintes membros: -----

---- **Partido Social-Democrata (PSD):** Maria Inês Bica Catarino, Guilherme Fernando da Silva Anastácio, Hélder Miguel Moreira Antunes, Catarina Martins Gonçalves, Elvis Lopes dos Santos e Manuel António da Palma. -----

---- **Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP):** Diogo Filipe Geraldo Pereira. -----

---- **Partido Socialista (PS):** Bruno Miguel Gonçalves Bernardes, Maria Fernanda dos Santos Gonçalves, Carlos Miguel Tavares Nogueira, Maria Irene Gomes Ferreira Dantas, Luís Miguel Correia Fonseca, Maria Isabel Santos Baião Rodeia, Tiago Miguel Fonseca Silveirinha e Paulo Jorge Ribeiro Doroana. -----

---- **Partido Comunista Português (PCP):** Ana Filipa Madeira Cordeiro. -----

---- **CHEGA (CH):** Olímpio Leonel de Brito Correia. -----

---- **Bloco de Esquerda (BE):** Francisco Miguel da Silva Caldeira. -----

---- Faltaram à reunião os seguintes membros: -----

---- João Paulo Barroso Rodrigues (PSD), que justificou a sua ausência e foi substituído por Maria Inês Bica Catarino; -----

---- Às vinte horas e quarenta e quatro minutos, constatada a existência de *quórum*, o presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

---- **Rafael Lupson** interveio, começando por abordar "o estado de algumas vias em Trajouce, nomeadamente a Rua Abel Manta. Há uma interseção entre a Rua José Malhoa e a Rua Abel Manta e, agora com as chuvas e com algumas obras, tem-se formado um grande buraco. Os moradores da Rua José Malhoa também se têm queixado e, em geral, as pessoas que passam lá. Aquilo pode danificar os carros e era só para saber se daria então para encher esse buraco. Além disso, na Rua Abel Manta não há passeio. Ou seja, é meio uma sargeta (quase). É o caminho que usamos para ir até ao chafariz, para apanhar os autocarros e isso tudo. Para ir até lá, particularmente quando chove vários dias de seguida, é sempre um bocado chato, porque não existe propriamente um passeio. Não sei se há algum tipo de intervenção que possa ser feita sobre isso. Do outro lado da estrada, há alguma coisa, só que é usado para os carros estacionarem, uma vez que os moradores não têm estacionamento. -----

---- Sem ser isso, a mesma coisa em Poço de Cação. Portanto, a estrada também está toda esburacada, ali perto do parque novo que fizeram. Também se têm queixado. Um dos lados da estrada está todo esburacado e os carros passam para o outro lado para se desviar. Vão em sentido contrário durante um tempito, o que, eventualmente, poderá comportar algum risco. -----

--- Em terceiro lugar, isto é uma coisa que tem acontecido ao longo dos anos, há um caminho, assim de terra batida, entre a Estrada do Cabeço de Cação e o Casal do Clérigo, atrás do parque de viaturas. Não sei quem, mas alguém despeja ilegalmente montes de lixo ali. Já há anos que a junta vai lá limpar quando as pessoas se queixam e faz isso bem. O problema é que alguém consistentemente vai ali despejar ilegalmente lixo. Não sei se existe algum tipo de medida preventiva ou algum tipo de medida para fiscalizar melhor isso. A junta realmente faz um bom trabalho em ir lá limpar. Só que é um bocado chato ter de ser sempre a junta a fazer isso, quando alguém está ilegalmente a despejar lixo. É dinheiro dos contribuintes que, no fundo, tem de ir para o limpar. -----

--- Por último, queria só falar sobre a participação nas assembleias e, nomeadamente, perguntar se não haveria forma de expandir a sua divulgação, como meter na página inicial do site. É um bocado difícil perceber quando é que vai haver uma assembleia, porque está numa parte escondida do site. Depois, também não há grande divulgação. Naquela parte de notícias do site podia aparecer e poderia ser partilhado, por exemplo, no Facebook da junta. Ou seja, haver assim mais algumas medidas que pudessem divulgar um pouco melhor a assembleia, para que mais pessoas soubessem que vai acontecer e mais gente pudesse, eventualmente, participar. Além disso, sobre o limite à participação. Presencialmente, percebe-se perfeitamente porque se limita o número de pessoas, mas online não percebo. Porque é que há este limite de dez pessoas, quando as reuniões online conseguem comportar dezenas e dezenas de pessoas? Queria agradecer a oportunidade de participar". -----

--- O **presidente da Assembleia** disse acompanhar a preocupação do residente no que diz respeito à divulgação e participação nas assembleias de freguesia. "É um dos pontos que estamos, obviamente, a melhorar. Estamos até com algumas dificuldades técnicas ao fazermos esta assembleia. Nas próximas, certamente, pretendemos melhorar. Futuramente, iremos fazer as várias assembleias deslocalizadas nas coletividades da nossa freguesia, exatamente para ir ao encontro daquilo que refere, no sentido de aproximar as populações e as preocupações das populações, seja em Trajouce, seja em Talaíde, na Abóboda, em São Domingos de Rana, em Tires. Portanto, deslocalizá-las por completo e perceber também as diferenças e as próprias assimetrias que existem dentro da nossa freguesia. Esse é o objetivo e assim o faremos no futuro, bem como melhorar, obviamente, a divulgação destas assembleias". -----

--- O **presidente da Assembleia** deu a palavra ao presidente da Junta para responder ao que foi colocado pelo residente. -----

--- O **presidente da Junta** assegurou que têm acompanhado a preocupação de Rafael Lupson. "Estes últimos meses de chuva pioraram substancialmente. Infelizmente, não foi só a Abel Manta. A Rua 5 de Junho, que é aquela que vai da rotunda da Carglass direita à TratoLixo, está num estado lastimável. A do Poço de Cação até tem um problema (que estamos a acompanhar e que está também a ser acompanhado pela câmara). Agora com a criação da bacia de retenção das cheias, foram colocados ali uns blocos de cimento. Com a inundação da bacia já por duas vezes, houve um aluimento, mais ou menos junto da entrada do Alves & Alves. Estamos também a acompanhar para fazer o muro de contenção, para depois alcatroar esse bocado até ao Poço de Cação. -----

--- Aproveito, já agora, para lhe dar esta informação. Estive numa reunião com o senhor vereador Nuno Piteira Lopes e com o seu gabinete para vermos a questão de algumas AUGIs que têm processos mais complicados. A do Poço de Cação é uma delas. E, portanto, também estamos a acelerar esses processos. -----

---- Em relação às ruas, tem também a Rua do Lavadouro, que já pedimos o seu avanço. Trata-se de um compromisso já antigo, o de poder ser já intervencionada com betuminoso. Também há uma rua que está em muito mau estado, que é aquela que está logo a seguir à intervenção que fizemos das hortas comunitárias e de recuperação do lavadouro. Também solicitei ao senhor vereador a resolução rápida da Rua de Santo António, que é aquela que vai da Rua do Montijo até à 249 e que está, inexplicavelmente, há anos em terra batida.

---- Só para lhe dizer que Trajouce não está esquecida. Temos andado em Trajouce e ainda hoje lá estivemos, até para perceber porque, com a requalificação da 249 e as alterações do trânsito, as ruas ficaram mais danificadas. Para lhe dizer que estamos a acompanhar e que, muito em breve, vai ver mais, enfim, aquilo que nós chamamos alcatrão, mas é betuminoso, e a recuperação das ruas de Trajouce e não só em Trajouce. -----

---- Em relação às assembleias, como sabe, é uma competência do presidente da mesa e dos restantes membros. Há um regulamento, regulamento esse que não permite que se façam coisas que, no Século XXI já se fazem e que a assembleia municipal já faz. A reunião de executivo já é transmitida online. Do ponto de vista do executivo, não vemos qualquer inconveniente nisso, bem pelo contrário. Aliás, para aqueles que já estão nesta discussão há mais tempo, fomos apologistas que as assembleias de freguesia deviam ser descentralizadas e as devíamos fazer um bocadinho por todas as localidades da freguesia e Trajouce, se depender de nós, não será exceção". -----

---- Agradecendo, uma vez mais, a oportunidade, Rafael Lupson disse que a ideia de descentralizar as assembleias lhe pareceu "muito boa". -----

---- O presidente da Assembleia leu resumidamente o expediente e deu então início ao Período da Ordem do Dia. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

---- **Ponto Um - Ata N.º 2 - Apreciação e votação;** -----

---- Não havendo intervenções, o presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com três abstenções, uma do PSD e duas do PS. -----

---- **Ponto Dois - Proposta de ratificação das decisões do Executivo de Isenção do Pagamento de AAAF e CAF - Apreciação e votação;** -----

---- O vogal Jorge Marques apresentou o ponto. "Esta proposta foi a ratificação de duas decisões tomadas em reuniões de executivo e que vêm no seguimento da opção que o governo tomou, com dois decretos diferentes, no âmbito das medidas de contenção da Covid-19, de suspender, entre 27 de dezembro e 9 de janeiro, as atividades educativas em regime presencial. -----

---- Como muitos sabem, desenvolvemos atividades em escolas de primeiro ciclo e pré-escolar, em duas das escolas públicas da freguesia, em Caparide e Abóboda n.º 2, que têm a ver com o prolongamento do horário escolar. Portanto, as famílias que têm crianças em pré-escolar ou em primeiro ciclo nestas duas escolas e que pretendem deixá-las na escola antes do período de horário escolar ou ir buscá-las mais tarde que o período do horário escolar, temos equipas nessas duas escolas, funcionários da junta de freguesia, que fazem o acolhimento dessas crianças. -----

---- No seguimento destas medidas de contenção do governo e no que fizemos em sede de reunião de junta, numa lógica de apoio às famílias da freguesia, foi isentar durante estas duas semanas das Atividades de Animação e Apoio à Família e da Componente de Apoio à Família. Como estas atividades são opcionais, isentámos para quem as pagava, naturalmente, os encarregados de educação. Foram duas propostas diferentes em reuniões

de executivo, uma por cada semana, porque estas medidas foram decretadas em momentos diferentes. Uma vez que estamos a isentar o pagamento dessas atividades, importa agora ratificá-las em sede de assembleia de freguesia e, por isso, a introdução deste ponto" -----

---- **Ana Filipa Cordeiro** (PCP) interveio, "para fazer um reparo muito breve. No documento onde se lê que a isenção será entre os dias 2 e 9 de janeiro ainda se encontra o ano de 2021, quando deveria ler-se 2022". -----

---- **Catarina Gonçalves** (PSD) interveio, dizendo que "este documento reflete a preocupação e a sensibilidade que este executivo tem demonstrado ter na sua atuação nestes cerca de três meses de trabalho. Esta pandemia já muito contribuiu para a pobreza e fragilidade de muitas famílias, ao qual vem reforçar e apoiar estas mesmas famílias neste tempo difícil que atravessamos, sendo esta uma medida excepcional em tempos excecionais. Face às contingências que atravessamos, acompanhamos naturalmente esta proposta". --

---- O **presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com vinte votos a favor (PSD, CDS, PS, PCP e CHEGA) e uma abstenção (BE). -----

---- **Ponto Três** – Alteração do Regulamento da Clínica de Psicologia – **Apreciação e Votação**; -----

---- A **vogal Arminda Oliveira** introduziu o ponto. "A Psicologia faz parte dos meus pelouros. Ao analisar toda a documentação vigente, detetámos algumas falhas, designadamente na remodelação do regulamento, falhas essas de preço, estruturação dos atendimentos. Ao alterar o regulamento, optámos também, em conjunto com o corpo técnico da Clínica da Psicologia, alterar a designação e o logotipo". -----

---- **Isabel Rodeia** (PS) interveio. "Sendo a minha primeira presença em reunião de assembleia de freguesia depois da tomada de posse, quero cumprimentar todos e todas e desejar que este mandato cumpra os objetivos pelos quais todos fomos eleitos: representar a população de São Domingos de Rana, para que possamos, sempre que possível, solucionar os problemas identificados pela população. -----

---- Relativamente ao ponto três da ordem de trabalhos da presente reunião, quero referir aqui alguns apontamentos. É do agrado da bancada do Partido Socialista ver que o atual executivo dá continuidade a um projeto iniciado pelo anterior executivo do PS e que também estava nas propostas de campanha que iriam ser implementadas, caso o PS tivesse ganho as eleições. Não foi o caso, mas congratulamo-nos que dessem seguimento a este projeto, que se iniciou no anterior executivo. -----

---- Nomeadamente a este regulamento, estive aqui um bocadinho a fazer o trabalho de casa e peço ao executivo que me corrija se estiver errada. Vi que implementaram aqui novas valências, novos serviços, nomeadamente a Terapia da Fala, que já tinha sido identificada pelo anterior executivo e seria uma das novas valências a implementar, caso tivéssemos dado continuidade. Uma vez que a Terapia da Fala abrange várias vertentes, concretamente no caso das crianças, quanto mais precocemente for a intervenção, mais sucesso a mesma terá. Ou seja, assim que os cuidadores, pais, avós e professores, identifiquem ou detetem sinais de alerta, deve imediatamente existir intervenção. Deste modo, propomos que não deva existir idade mínima para usufruir dos serviços da clínica, nomeadamente nos que acabei de referir, a Terapia da Fala, alterando deste modo o ponto 2 do artigo 9.º do Regulamento da Clínica Mente Sã. Esta é uma das nossas propostas, porque consideramos que não deve existir idade mínima e, mais concretamente, na questão da Terapia da Fala. Esta tem várias vertentes e o grande boom da linguagem acontece quando as crianças têm dois anos. Quatro anos já pode ser tarde para fazer uma

intervenção de forma mais consistente para que esta possa ter resultados, que é isso que se espera quando se faz uma intervenção. -----

---- Outra questão que também reparei é que em todo o regulamento, e aqui peço uma clarificação, em lado algum falamos de fundo social. Este apenas é falado no ponto 3 do artigo 9.º, em que refere que os desempregados e beneficiários do rendimento social de inserção deverão fazer prova dessa situação, de modo a poderem usufruir do fundo social. Queria pedir, caso possível, que me clarificassem esta questão do fundo social". -----

---- **Francisco Caldeira (BE)** interveio. "O Bloco de Esquerda gostaria de saber qual foi base científica usada para estabelecer que a avaliação terá que ser necessariamente em cinco sessões. Embora percebamos que traga mais objetividade aos utentes, uma avaliação terá que atender às características específicas do caso, podendo até nalguns casos ser realizada em menos sessões, implicando um custo menor para os utentes. Além disso, sendo uma avaliação um processo complexo para o avaliado e que deve responder a necessidades objetivas de informação, salvaguardando o respeito pela privacidade da pessoa, não devemos recolher informação e avaliar além daquilo que é necessário para o caso, correndo o risco de violar os Princípios da Responsabilidade e da Beneficência e Não-maleficência do Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos ao não adaptar a intervenção à vulnerabilidade do cliente. E é uma questão que gostaríamos de ver respondida". -----

---- **Ana Filipa Cordeiro (PCP)** interveio. "O PCP levanta aqui algumas questões relativamente a ser enviado um novo regulamento e não ser enviado o antigo para podermos ter uma base de comparação. Acho que seria um documento que deveria vir nos anexos. Relativamente ao precário, tivemos aqui algumas dúvidas entre os valores da especialidade, entre os 18 e os 35. O texto não está muito claro, para além de que o aumento foi substancial na base das avaliações. Enquanto no regulamento antigo, existiria um preço fixo quer fosse avaliação, quer não fosse, e esse preço era menor do que estas sessões de avaliação. Isto também é um custo aumentado para as pessoas que estão à procura de ajuda. -----

---- Entretanto, como já foi referido, gostaríamos de ver esclarecido o ponto que foi eliminado da isenção de desempregados e beneficiários de RSI e como vai ser gerido então o fundo social". -----

---- **Catarina Gonçalves (PSD)** interveio, dizendo que "segundo a Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental, existem cerca 165 milhões de pessoas na Europa afetadas por uma doença ou perturbação do foro mental que, anualmente, são detetadas. Portugal é o segundo país com a mais elevada prevalência de doenças psiquiátricas da Europa e a pandemia da Covid-19 foi, é e continuará a ser um fator de preponderância da saúde mental. -----

---- É necessário ajudar, guiar e apoiar as pessoas da freguesia e é necessário existirem respostas. Este serviço da junta de freguesia apresenta uma resposta de qualidade e de respeito para quem, em momentos de fragilidade, necessita apenas de respostas e de ajuda. Não posso deixar de referir que é uma resposta importante e que marcará, certamente, os próximos anos. Não nos enganemos. A saúde mental será, sem dúvida, a pandemia do século XXI. -----

---- Esta resposta que a junta de freguesia dá quer-se mais próxima e mais presente e mais eficaz. Estamos certos que este executivo terá a competência e a criatividade para alargar ainda mais esta valência a todo o território. Este é o primeiro passo e um primeiro sinal nesta temática e damos, por isso, os parabéns ao executivo e acompanhamos a proposta favoravelmente". -----

---- O **presidente da Junta** interveio. *“Temos um consciente corpo técnico na junta de freguesia nesta área e, portanto, este memorando, como devem imaginar, não foi feito pelo executivo. Foi feito em parceria com o corpo técnico. Por isso, entendemos que aquilo que está vertido no regulamento é aquilo que deve estar vertido no regulamento. E não vou discutir se são os dois anos ou os quatro, porque o corpo técnico da junta entende que essa é a melhor solução para nós interirmos nessas áreas. Portanto, é assim que será. -----*

---- *Em relação às taxas, já percebi que para quem não percebia das taxas, já conseguimos detetar taxas mais baixas e taxas mais altas. As taxas foram atualizadas, como tudo, afinal, é atualizado nesta casa. Umas sobem e outras descem. Também aí tem a ver com os preços de mercado e com os preços que são praticados pelos técnicos que prestam estes serviços. Com estas informações e com estas variáveis, o executivo entendeu que os preços justos eram estes. -----*

---- *Em relação ao fundo, este nunca funcionou. Também aí o corpo técnico entendeu que não era nenhuma mais-valia estar aqui. Se o executivo entender que há situações que precisam desse apoio, temos outros mecanismos no nosso orçamento que permitem apoiar as famílias e não será por isso que não virão a beneficiar dos serviços desta clínica se precisarem”. -----*

---- **Isabel Rodeia (PS)** interveio. *“Gostaria de colocar apenas mais uma questão. O corpo técnico da junta tem terapeutas da fala? E acrescentar que, quanto ao Regulamento da Clínica Mente São, comparei-o com o anterior e tem um ou outro ponto que difere. De resto, não consegui identificar as lacunas que comprovam esta alteração, porque não vi alteração substancial face ao anterior regulamento”. -----*

---- **Ana Filipa Cordeiro (PCP)** interveio, questionando se *“deixamos de ter um serviço social da junta para termos uma clínica privada?” -----*

---- O **presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com dezanove votos a favor (PSD, CDS, PS e CHEGA), uma abstenção (BE) e um voto contra (PCP). -----

---- **Ponto Quatro** – Delegação de Competências do Município de Cascais na Junta de Freguesia de São Domingos de Rana – Celebração de Contrato Interadministrativo entre o Município de Cascais e a Junta de Freguesia de São Domingos de Rana – **Apreciação e Votação.** -----

---- O **presidente da Junta** referiu que *“o ponto é suficientemente esclarecedor. Está tudo na proposta. As propostas estão anexas e penso que não há muito mais a acrescentar”. -----*

---- **Luís Miguel Fonseca (PS)** interveio, dizendo que *“o Partido Socialista regista com agrado o maior número de competências delegadas, este ano, às juntas de freguesia. Achamos que tem que continuar assim. Nós, em assembleia municipal, incentivámos o executivo a concluir o processo de competências para as juntas de freguesia ao abrigo da Lei-quadro criada pelo Partido Socialista em 2018. Por isso, dizer-vos que nós, com a experiência executiva que já tivemos, sabemos que as juntas de freguesia são, como autarquia de proximidade, aquelas que podem desenvolver com maior celeridade os trabalhos e todas as exigências que diariamente são colocadas pelos nossos cidadãos. Registamos com agrado o aumento de competências e esperamos que se conclua brevemente, com todas aquelas que estão consignadas na Lei-quadro de 2018, criada pelo Partido Socialista”. -----*

---- **Guilherme Anastácio (PSD)** interveio. *“A bancada do PSD vem congratular-se com o contrato histórico de delegação de competências do Município de Cascais e a Junta de Freguesia de São Domingos de Rana. Isto acontece, a nosso ver, por uma confiança*

mútua que existe entre o executivo da Câmara Municipal de Cascais e a Junta de São Domingos de Rana e o seu executivo". -----

--- **Diogo Pereira** (CDS) interveio. "A bancada do CDS queria deixar também aqui uma nota que, em pouco tempo de executivo, este contrato interadministrativo é um reforço de um apoio, é um reforço da delegação de competências e, como o colega Guilherme teve oportunidade aqui de referir, é um reforço da confiança. Ou seja, este executivo apresenta-se capaz de não só gerir essas competências, como ter o apoio financeiro devido para dar a resposta real a essas mesmas necessidades. Por isso, o CDS congratula-se muito do esforço que o executivo fez de ter esta resposta positiva e de conseguir, no âmbito do contrato interadministrativo de delegação de competências do Município de Cascais, dar esta resposta. Creio que é um sinal muito positivo daquilo que será o papel e a ação do executivo com estas competências reforçadas". -----

--- **Bruno Bernardes** (PS) interveio. "Queria referir que, relativamente a este ponto, como é óbvio, o Partido Socialista votará favoravelmente. Não seria de forma diferente daquilo que foram, especialmente os dois últimos mandatos, os vários pedidos, tanto ao abrigo dos próprios acordos na área do reforço financeiro, recursos humanos, reforço do apoio logístico da câmara, coisa que não sucedeu. Aqui referir que, finalmente, terminou o regime de exceção que existia para São Domingos de Rana, o que impedia também que os acordos de competências para as outras juntas também não fossem mais além. Portanto, congratulamo-nos com isso. -----

--- De referir também aqui a confiança... parece que basta o cartão do partido para que as competências já sejam dadas pela câmara, tanto do ponto de vista financeiro, como de outros, para que essa confiança seja transmitida. Infelizmente é assim. Esta questão da delegação de competências, como acontece, aliás, noutros municípios, independentemente das freguesias com executivos liderados por partidos diferentes daqueles que lideram os executivos camarários, as delegações de competências acontecem e acontecem com uns números inclusive superiores aos que a Câmara de Cascais tem feito ao longo dos últimos anos. É uma opção política e neste caso, este regime de exceção que aconteceu até agora (2021) foi um regime de exceção que apenas remete para questões político-partidárias. E, portanto, do muito que a população perde quando é esse o conflito político-partidário que se sobrepõe aos interesses da população". -----

--- **Guilherme Anastácio** (PSD) interveio, referindo que, depois de ouvir as palavras de Bruno Bernardes, "temos que nos congratular por toda a população de São Domingos de Rana, essa sim que fez com que o executivo da junta de freguesia passasse de partido. E então a câmara, pelo discurso do Bruno... político-partidário, o que eu não acho... mas agradecemos à população de São Domingos de Rana que nos deu este novo executivo e que nos permitiu estas verbas, que até aqui não existiam, porque não havia confiança ou porque não havia vontade que viessem parar à nossa freguesia". -----

--- O **presidente da Junta** interveio, apenas para "agradecer a intervenção do Luís Miguel Fonseca, da qual comungo em absoluto. Acho que as juntas de freguesia têm executivos com competência para executar aquelas que lhe foram transferidas e outras mais, como tive oportunidade de referir quer na anterior assembleia, quer em sede de comissão de representantes e na discussão do Orçamento. Acho que é algo que temos que fazer, não só São Domingos de Rana, como as demais freguesias. -----

--- Como sabem, este pacote não é para a Freguesia de São Domingos de Rana. É um pacote por igual para todas as freguesias do concelho. As competências foram igualmente distribuídas, as mesmas competências para as quatro freguesias. E, portanto, não nos sentimos, ao contrário do que o Bruno Bernardes referiu, bafejados pela sorte. Bem pelo

contrário, como já referi também. Entendo que a Freguesia de São Domingos de Rana devia ter uma discriminação positiva pelos anos ou pelas décadas anteriores a este executivo municipal, em que não foi possível investir em São Domingos de Rana. Partimos com algum atraso. Ainda assim, aceitámos esta divisão equitativa. -----

---- Vamos, com certeza, realizar com sucesso o capital que colocaram à disposição da freguesia e aproveitar este input para continuar a melhorar a qualidade de vida dos nossos vizinhos, que é para isso que aqui estamos. -----

---- Não deixar de agradecer a intervenção de todos a intervenção, em especial a do Luís Miguel Fonseca, porque é exatamente isso. As freguesias têm cada vez mais capacidade para executar as competências que o governo transferiu para as autarquias, quer para as câmaras municipais, quer para as freguesias". -----

---- O **presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com vinte votos a favor (PSD, CDS, PS, PCP e CHEGA) e um voto contra (BE - declaração de voto anexa à ata). -----

---- **Ponto Cinco** – Revisão e atualização do Regulamento da Tabela de Taxas da Junta de Freguesia para o ano de 2022 - **Apreciação e Votação**. -----

---- O **presidente da Junta** interveio, "apenas para explicar o que já expliquei em sede de comissão de finanças. Duas ou três questões. A primeira é que não fizemos qualquer aumento das taxas do cemitério, por razões que são óbvias. Não fizemos qualquer aumento das taxas do complexo desportivo, por razões que são óbvias. E reduzimos substancialmente as taxas dos atestados pela simples razão que havia aqui um conjunto de nomenclaturas que mais não eram que atestados de residência. Não fazia sentido que uma pessoa que viesse buscar um atestado de residência para efeitos bancários ou para efeitos escolares pagasse uma taxa e quem viesse buscar um atestado de residência para efeitos de casamento pagasse 26,5 €, quando se trata do mesmo atestado de residência. ---

---- Já para não falar daquilo que foi um cavalo de batalha da Coligação Viva Cascais nos mandatos anteriores: o preço que custava um atestado de residência para a legalização de estrangeiros. Reforçar que aquilo que dizemos na oposição não é diferente daquilo que dizemos quando temos responsabilidades executivas. Essa taxa também baixou, passando para o mesmo valor, porque se trata única e exclusivamente de um atestado de residência que se passa a um cidadão estrangeiro, que atesta que ele vive algures na freguesia. Não há motivo para que todos estes atestados não terem o mesmo valor e foi isso que fizemos.

---- Houve quatro taxas que aumentaram porque o executivo assim o entendeu. Têm que ver com a posse de arma para defesa pessoal, a posse de arma para caça e para os cães de raça perigosa ou muito perigosa. Essas quatro taxas subiram e todas as outras, e são muitas, baixaram. Acho que demos aqui um sinal de equidade, de transparência, de responsabilidade e de justiça. Para além de terem uma atualização quer na forma, quer naquilo que era a organização informática e administrativa que tínhamos aqui dentro, penso que incluímos também uma forte componente de justiça social nas taxas. Acho que são umas taxas impecáveis do ponto de vista quer seja ideológico, quer seja do ponto de vista da justiça que elas próprias transportam para os nossos vizinhos". -----

---- **Ana Filipa Cordeiro** (PCP) interveio. "A única coisa que queríamos apontar é que este documento nos chegou muito em cima da hora. Embora tenhamos conseguido arranjar o regulamento da clínica de psicologia, não nos foi possível ir buscar o documento das taxas em vigor. Devido à falta de tempo de análise documento, iremo-nos abster". ---

---- **Francisco Caldeira** (BE) interveio. "Gostaria de perguntar se há alguma razão para não se mencionar a Lei 61/2021 relativamente à isenção em pessoas sem abrigo para levantamento de certidões. Há alguma razão para não ter sido incluída na revisão das

taxas, uma vez que é uma lei relativamente recente e que poderia ter sido incluída nesta revisão". -----

--- **Catarina Gonçalves** (PSD) interveio, começando por afirmar "que o prometido foi devido. Durante quatro anos, este foi um dos muitos problemas pelo qual nos debatemos. Exigimos, por diversas vezes, soluções e alterações que nunca surgiram. Durante quatro anos nada foi feito. O prometido foi cumprido. Com cerca de três meses, este executivo apresenta um regulamento que reflete transparência, equidade e igualdade para todos. A uniformização das taxas cobradas põe fim, por fim, à disparidade de preços que até então não eram efetuados. Consequentes e coerentes com a posição que a Coligação Viva Cascais sempre defendeu, agrada-nos bastante ver um documento tão bem conseguido e que vai de encontro àquilo que defendemos: a transparência e igualdade para todos". -----

--- O **presidente da Junta** interveio, "apenas para recomendar uma leitura atenta do artigo 13 e artigo 14, que respondem completamente às questões levantadas pelo Bloco de Esquerda". -----

--- O **presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com onze votos a favor (PSD, CDS e CHEGA) e dez abstenções (PS, PCP e BE). -----

--- **Ponto Seis - Alteração do Mapa de Pessoal - Apreciação e Votação.** -----

--- O **presidente da Junta** introduziu o ponto, repetindo o que já tinha dito "em sede de comissão de finanças. O quadro de pessoal que tínhamos na junta era ilegal. Não estava conforme a lei e era escasso para as competências que nos foram transferidas, aquelas que vamos continuar a ter no futuro. Como toda a gente sabe, estas coisas demoram o seu tempo a ser feitas. -----

--- Depois, era preciso conformar este mapa de pessoal com as realidades que teremos no futuro e com a realidade do quadro de pessoal que temos nesta casa. Como sabem, os que cá estiveram, melhor do que eu, alguns dos funcionários atingirão o limite de reforma até ao final do nosso mandato, o que é natural. Algumas das posições estavam preenchidas na sua totalidade na categoria. Portanto, era preciso criar condições para que essas situações pudessem ser resolvidas, razão pela qual termos aumentado o número de posições úteis no mapa de pessoal. Estas não estão preenchidas e serão preenchidas quando for necessário. -----

--- **Bruno Bernardes** (PS), interveio, dizendo que "este mapa de pessoal não está discriminado como deveria estar discriminado. É óbvio que, e como o senhor presidente da Junta referiu, creio que é positivo relativamente à questão de projetar para o futuro aquele que é o vosso projeto político e a visão para a freguesia e para a gestão da freguesia. Nada contra. Agora, com esta tabela, em word ou excel, não temos uma série de noções que, normalmente, vêm nos mapas de pessoal e que seria exigível para conhecermos qual a estratégia para o mapa de pessoal. Não vemos neste mapa a questão de quantos contratos, tipo de contrato (se é indeterminado ou determinado), as vagas que vão ser ocupadas, em que modelo é que vão ser ocupadas, as próprias mobilidades internas entre serviços, as mobilidades também, bem como a própria estrutura do mapa de pessoal. Ou seja, as carreiras e as categorias por serviço, aquelas que estão preenchidas e as que estão vagas e que tipo de relação jurídica em que se encontram. Penso que é difícil, com este anexo, as bancadas estarem preparadas para apreciar e votar devidamente este ponto". -----

--- **Ana Filipa Cordeiro** (PCP) interveio, dizendo que as suas "questões foram, entretanto, feitas pelo Bruno. Efetivamente, este mapa é muito conciso e tem pouca informação". -----

---- **Francisco Caldeira (BE)** interveio. *“O Bloco de Esquerda aprecia sempre a criação de emprego. Contudo, como já foram levantadas as mesmas questões por outros partidos. Cremos que o mapa é pouco detalhado e muito vago. Faltam detalhes e pormenores que consideramos necessários para a tal execução do mesmo”*. -----

---- O **presidente da Junta** interveio, referindo que, *“nas categorias, temos as vagas que estão ocupadas e aquelas que não estão. E, como nota última, para responder ao Bruno Bernardes, há uma coisa que nós não vamos ter que é funcionários ao abrigo de um contrato considerado por nós juridicamente ilegal, que tinha aqui um conjunto de pessoas. O contrato de ‘O Companheiro’ é algo que não vamos ter mais na junta”*. -----

---- O **presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com doze votos a favor (PSD, CDS, CHEGA e PCP) e oito abstenções (PS e BE). -----

---- **Ponto Sete** – Fim da Isenção de Pagamento de Taxas referente ao Mercado e Complexo Desportivo - **Apreciação e votação**. -----

---- O **presidente da Junta** introduziu o ponto, dizendo que, *“quando o senhor presidente da Câmara decidiu isentar os mercados de pagamento, aqui em São Domingos de Rana tivemos uma meia decisão. Houve um conjunto de feirantes que continuou a pagar taxas e uma parte dos feirantes que deixou de pagar taxas. Entendemos que o sol quando nasce é para todos e quando brilha é para todos. Não há motivo para uns feirantes continuarem a pagar taxas e outros não pagarem. Também aqui achamos que a justiça deve ser para todos*. -----

---- *As questões de limitação de entradas e as questões de limitações de acessos estão completamente ultrapassadas. Voltamos à vida normal e o mercado tem tido, graças a Deus, uma afluência normal. Por isso, não há motivo para continuarmos a manter este regime de exceção para uns feirantes, contra outros que continuaram a pagar*. -----

---- *O mesmo acontece na pequena parte que hoje ainda é utilizada pelo complexo desportivo, que está muito, muito condicionado pelas razões que todos conhecem. As questões de vacinação ocuparam quase a totalidade do complexo. Quando esse assunto terminar, este continuará muito condicionado, porque, como referi na comissão de finanças, o seu estado de degradação, quer no seu interior, quer no seu exterior (e aliás isso está escrito nas grandes opções), não irá permitir que, quando o centro de vacinação desmobilizar (não sabemos se será em março, abril, maio ou junho), possamos imediatamente começar a ter o pavilhão para utilização. Seguramente vai ter, este ano, uma utilização muito diminuta e, portanto, a atualização das taxas do pavilhão também será ridiculamente baixa”*. -----

---- **Ana Filipa Cordeiro (PCP)** interveio, dizendo que *“o PCP gostaria de fazer uma proposta, se a assembleia e o executivo acharem bem. Visto que a aplicação da isenção ter tido por base a pandemia, esta poder perdurar pelo menos até 31 de janeiro, pelo menos para não existirem retroativos que, nesta altura, podem não fazer sentido”*. -----

---- O **presidente da Junta** assegurou não haver *“qualquer impedimento para que isso possa acontecer. Até porque, como sabemos, estamos a 12 de janeiro e não é possível retroagirmos na taxa. Seguramente, se toda a assembleia estiver de acordo, nós assumimos este compromisso e, no mês de janeiro, não é aplicada a taxa. Passamos só a aplicar a taxa no mês de fevereiro. Apenas deixar claro que esta ressalva aplica-se apenas ao Mercado de São Domingos de Rana”*. -----

---- O **presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, com a ressalva que o senhor presidente da Junta transmitiu e que foi sugerida por Ana Filipa

Cordeiro (PCP), tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com vinte votos a favor (PSD, CDS, PS, CHEGA e PCP) e uma abstenção (BE). -----

---- **Ponto Oito** - Autorização Genérica da Assembleia de Freguesia para Dispensa de Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais - **Apreciação e votação.** -----

---- O **presidente da Junta** interveio, dizendo que o ponto "*é claro e já decorre de situações anteriores, quer o ponto 8, quer o ponto 9, não temos muito a acrescentar*". ----

---- **Ana Filipa Cordeiro** (PCP) interveio, dizendo que, nos dois pontos, "*achamos que estes compromissos deveriam passar pela assembleia para poderem ser alvo de escrutínio e de opiniões por parte dos deputados e para uma melhor transparência dos acordos*". -----

---- O **presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com dezanove votos a favor (PSD, CDS, PS e CHEGA) e dois votos contra (PCP e BE - declaração de voto anexa à ata). -----

---- **Ponto Nove** - Autorização Prévia Genérica da Assembleia de Freguesia para Celebração de Protocolos ou Outras Formas de Cooperação com Entidades Públicas, Privadas ou Cooperativas - **Apreciação e votação.** -----

---- Não havendo intervenções, o **presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com dezanove votos a favor (PSD, CDS, PS e CHEGA) e dois votos contra (PCP e BE - declaração de voto anexa à ata). -----

---- **Ponto Dez** - Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022 - **Apreciação e votação.** -----

---- O **presidente da Junta** introduziu o ponto, dizendo que "*já tive oportunidade de apresentar as Grandes Opções. Aliás, estão suficientemente detalhadas e quem teve oportunidade de as ler percebe perfeitamente quais são os pontos, qual é o nosso empenhamento e aquilo que são as linhas mestras da nossa atividade política e as prioridades no próximo ano e neste mandato. Reservo-me para depois prestar os esclarecimentos que os senhores deputados de freguesia quiserem que sejam esclarecidos.*"

---- *Queria agradecer ao Partido Socialista e ao Bloco de Esquerda os contributos que deram para este orçamento. Espero que se revejam, quer um partido, quer outro, naquilo que é o nosso orçamento e as nossas opções, como possa ser a cobertura do mercado, no que tem a ver com o Partido Socialista, a Clínica Social, os apoios de emergência social que subiram substancialmente, a intervenção psicossocial, as acessibilidades e a descentralização.* -----

---- *No que tem a ver com o Bloco de Esquerda, agradecer a proposta da promoção das valências e daquilo que é o trabalho de um executivo de uma junta de freguesia. Faremos isso com certeza. A descentralização das sessões de assembleia de freguesia, que já tínhamos dito no mandato anterior e, com certeza, faremos. Esta ideia que também nos parece importante, dada a complexidade de algumas matérias na câmara têm e para alguns vizinhos nossos é complicado.* -----

---- *Também dizer-lhe que a verba para o Fundo de Emergência Social foi muitíssimo aprofundada, usando as suas palavras. Se vir no orçamento, também está refletido a preocupação do Bloco de Esquerda no que tem a ver com a instalação de abrigos nas paragens dos autocarros. Esta é também uma preocupação que vimos tendo nos últimos anos.* -----

---- Depois há questões ideológicas que, como deverão imaginar, não acompanhamos. Mas queria agradecer quer ao Partido Socialista, quer ao Bloco de Esquerda, o contributo que deram e que nós tomámos boa nota nestas Grandes Opções do Plano e Orçamento". ----

---- **Bruno Bernardes (PS)** interveio. "O Partido Socialista agradece também o facto de terem incluído algumas das propostas que apresentámos em sede de Direito de Oposição. Também, como é óbvio, observámos que o plano de atividades acompanha, em muito aquilo, o que era nos mandatos anteriores, especialmente nos dois últimos, liderados pelo Partido Socialista na freguesia, relativamente a algumas áreas. É normal! Roma e Pavia não se fizeram num dia. Também registamos essa questão. -----

---- No entanto, relativamente ao plano de atividades, não compreendemos aqui a questão da manutenção do fecho da Escola Fixa de Trânsito, uma vez que também já fomos voltando às aulas presenciais. -----

---- E, finalmente, referir, tal como fizemos na comissão, esta é uma ferramenta de trabalho e de planeamento do executivo. Portanto, é a ferramenta essencial para que o executivo possa trabalhar, o que desejamos é que coloquem mãos à obra. O Partido Socialista irá abster-se nesta proposta. -----

---- **Maria Inês Catarino (PSD)** interveio. "Quanto às GOP, e sendo as primeiras apresentadas por este executivo, achamos que têm uma visão diferente, totalmente virada para o progresso desta freguesia. Foi com agrado que verificámos o aumento de algumas rubricas fulcrais à vida dos nossos fregueses, nomeadamente a rubrica que está definida como FES, o Fundo de Emergência Social, que teve um aumento significativo e que, após dois anos de pandemia COVID, vai em muito ser valioso ao desenvolvimento social da nossa população. Quanto à Cultura e Educação, também vimos um grande investimento nestas áreas. Esperemos que a pandemia COVID vos permita a realização do que definiram para estas GOP". -----

---- **Ana Filipa Cordeiro (PCP)** interveio, começando por referir "a tardia entrega da documentação relativa a este orçamento. Acho que quatro dias são limitados para se poder analisar um documento desta importância e deste tamanho, visto que, penso eu, os membros desta assembleia são trabalhadores, e todos com obrigações familiares, o que demonstra alguma falta de consideração para com os deputados, mas também assim evitando o maior escrutínio possível do documento. -----

---- De seguida, fazendo uso da lei 24/98 de 26 de Maio, em que os partidos têm o direito de ser ouvidos sobre propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividades, lamento não ter recebido resposta deste executivo ao pedido de reunião por parte do PCP, enviado no dia 13 de dezembro de 2021, reunião essa solicitada para podermos conhecer as linhas gerais deste orçamento e podermos assim fazer as nossas propostas. -----

---- Quanto ao Plano e Orçamento propriamente dito, o PCP considera que grandes temas e lacunas desta freguesia foram deixados de fora. -----

---- Veja-se na saúde. Embora achemos necessário todo o apoio e passagem de informação à população, não podemos deixar de questionar onde andam as melhorias e aumento a acessibilidade dos serviços, presentes no seu programa? E considera que o aumento de 15 mil utentes seja suficiente numa freguesia em que nos censos de 2011 apresentava 57 502 habitantes e, neste momento, já apresenta 59 248? Quando é que os fregueses deixarão de se deslocar à Parede para poderem ter as suas consultas planeadas ou de urgência? ---

---- No desenvolvimento social, vemos uma preocupação por acompanhamento de casos urgentes, bolsas sociais em creches e jardins de infância e avaliação dos cabazes de Natal. O que não vemos é uma intervenção planeada para os bairros sociais com necessidade de

obras e manutenção, nem a criação de mais creches e jardins de infância que cheguem a todos os fregueses. -----

--- Também neste Plano e Orçamento não vemos referido, nem uma única vez, um assunto que afeta centenas de fregueses: Áreas Urbanas de Génese Ilegal. Falamos de centenas de fregueses sem acessos condignos às suas habitações, que não têm saneamento básico, que não conseguem a legalização das suas casas devido a burocracias infundáveis, que não lhes dão uma resposta efetiva e conclusão ao seu processo. Não mereciam estes fregueses a criação de um gabinete de apoio, que os ouvisse e acompanhasse os seus casos?-----

--- Algo que nos admirou, ou não, neste Plano e Orçamento foi toda a aula de história enviesada que apareceu no ponto de cidadania. Não que não faça parte da linha ideológica dos partidos que compõem este executivo, mas, num tempo em que na rua apregoam o fim da luta ideológica, não bate a bota com a perdigota. Já agora, o estado de novo tem pouco, apenas fascista, e o golpe deu-se em 1926. Só vem provar que apesar das esconderem, as suas garras estão bem afiadas e a luta de classes bem patente, dando razão ao PCP. Não nos parece necessária a formação de uma comissão para uma data à qual a nossa liberdade e democracia não devem rigorosamente nada. -----

--- Concluo assim, muito por alto, os pontos que conseguimos detetar em falta neste Plano e Orçamento, graças ao pouco tempo que dispusemos para o avaliar. -----

--- A votação do PCP será contra". -----

--- **Francisco Caldeira (BE)** interveio, lendo a declaração de voto (anexa ao documento). -----

--- **Diogo Pereira (CDS)** interveio, "da parte do CDS, queremos dizer que, após a análise das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2022, acreditamos que São Domingos de Rana vai efetivamente avançar. O executivo apresentou aqui um amplo plano realista, mas ambicioso. Acreditamos que marca aqui a mudança política de fundo para a freguesia. As opções de plano que nós vemos aqui e o programa que temos para a freguesia é um programa de transformação que já há muito lhe faltava. -----

--- Por isso, acreditamos que é importante aqui referir os pilares fundamentais e as grandes linhas orientadoras, como a educação, a cultura, o associativismo e o desporto, a cidadania e o apoio às associações de moradores, bem como o reforço no apoio aos assuntos jurídicos. -----

--- Nós vemos aqui a educação como um ponto essencial, como sabemos todos, promoção do elevador social e como o primeiro passo que temos na formação da nossa participação cívica e ativa. Por isso, importa aqui relevar um traço, sim, ideológico, no reconhecimento do mérito através do Regulamento de Excelência e Mérito Escolar. É um regulamento e é uma ferramenta, a nosso ver, muito importante. É uma ferramenta que vai premiar o mérito, premiar a participação de excelência, premiar aquele que é o incentivo à participação escolar ativa e à participação aos alunos, para se sentirem totalmente integrados, sentirem que têm apoio por parte da junta de freguesia. -----

--- Na cultura, também podemos ver aqui a reabertura do Espaço Museológico Ilídio Carapeto, o apoio à Villa Romana de Freiria, o Centro Interpretativo Rural do Casal Saloio, o Centro da Ciência e Cultural de São Domingos de Rana e o espaço onde conseguimos congregar aqui em São Domingos de Rana um apoio único à cultura, ou seja, a Coligação Viva Cascais tem aqui um interesse aprofundado por aquilo que é a perpetuação da nossa história e do nosso património e da nossa cultura enquanto fregueses de São Domingos de Rana. -----

--- No associativismo e no desporto, o executivo já deu um sinal claro através do novo Regulamento de Apoio ao Associativismo daquelas que são as suas prioridades, daquela

que é a sua linha responsável e de apoio claro ao associativismo e à participação na nossa freguesia. -----

---- Não podemos descurar aqui aquilo que são linhas responsáveis, diretas e transparentes de apoio a este tipo de participação nas associações de moradores. Conseguimos verificar aqui as reuniões que vão ser realizadas, mostrando assim uma preocupação constante. ---

---- O executivo não perde o seu sentido de urgência, não perde o seu sentido de estar presente e acompanhar, de querer saber aquilo que se passa com o real quotidiano na freguesia. -----

---- Na cidadania, aqui há de facto uma diferença ideológica profunda. Nós acreditamos que o plano apresentado pelo executivo é precisamente a promoção da participação, a discussão democrática, o relevo daquilo que também é o nosso património cultural e histórico e aquilo que são as discussões daquela que é a nossa democracia que, neste momento atravessa um momento tão complicado e frágil, como todos sabemos. E depende de todos nós, depende da participação de todos e da associação de todos, como o executivo quer promover, uma discussão clara, ampla e a promoção daquilo que são os valores e aquilo que é a participação democrática e ativa. -----

---- Reforçar também que o executivo apresentou aqui um plano muito ambicioso, no qual nós nos revemos, bem como nos assuntos jurídicos, com a prestação das consultas, a prestação do apoio jurídico, não deixando os fregueses sem qualquer tipo de apoio, o que também é para nós muito importante. -----

---- Resumindo, o executivo apresentou aqui um plano no qual mostrou aquela que é a sua prioridade. A sua prioridade é o progresso. A sua prioridade é o humanismo. A sua prioridade é o acompanhamento e a auscultação daquelas que são as necessidades da nossa freguesia. Por isso, cabe-nos apenas congratular, cabe-nos apenas ansiosamente ver aquilo que vai ser a concretização deste plano e todos os dias o crescimento da nossa freguesia".

---- O **presidente da Junta** interveio, assegurando que "ninguém leu nas Grandes Opções do Plano e Orçamento que iríamos encerrar a Escola Fixa de Trânsito. Há duas coisas que são inegáveis e insofismáveis que é o estado de degradação em que se encontra o espaço exterior e algumas das coisas que lá estão e o obsoleto que é o que lá está dentro. Não sendo possível, nesta altura, perspetivar quando é que vamos voltar a abrir, na plenitude, a Escola Fixa de Trânsito, achámos mais honesto não fazer política demagógica e dar um bom exemplo de honestidade, dizendo que o espaço está degradado e que o que está lá dentro está obsoleto. Portanto, fazer uma avaliação e ver em que condições e com que financiamento iremos conseguir reerguer o que lá está. Tudo mais é demagogia. ----

---- Também gostava de ter ouvido o Partido Comunista falar, até porque teve responsabilidade no mandato anterior e mesmo antes desse período. Porque não foram capazes de abrir o Espaço Museológico Ilídio Carapeto? Também dizer-lhes que é outro sofisma vir dizer que o espólio de João Baptista Coelho estava catalogado para ser exposto. É mentira. Está dentro de umas caixas e nada foi feito desde o dia em que aquilo foi entregue. Também queria dizer que, não sendo valiosíssimo do ponto de vista museológico, é um espólio que, do ponto de vista da curiosidade, pode ser perfeitamente integrado no novo espaço museológico que a junta irá criar, também em Outeiro de Polima. -----

---- Estamos preocupados em avançar e não com questões ideológicas, que já percebi que continuam a subjazer às decisões quer do Bloco de Esquerda, quer do Partido Comunista.

--- Em relação às AUGIs, não adianta repetirmos a mesma coisa. Aliás, também é uma questão que o Partido Comunista repete várias vezes. Há dois temas que são recorrentes: as AUGIs e o aeródromo. -----

--- O aeródromo não vai crescer nem para a esquerda, nem para a direita. Já foi repetido nos últimos anos e toda a gente já assistiu a isto. A pista não cresce nem para cima do Monte de Manique, nem para cima do Perdigal, nem para cima da Lagarteira. Portanto, não vale a pena continuarmos a insistir. O aeródromo não vai crescer para lado nenhum e também não vai engordar. A única coisa que vai acontecer, e já foi repetida 50 mil vezes, é o novo quartel dos bombeiros, uma nova torre de controle e um novo taxiway dentro das redes. -----

--- Durante a tarde, tive uma reunião com o senhor vereador Nuno Piteira, que é quem tem a competência, nesta altura, das AUGIs, e com o seu gabinete. Pomar das Velhas, Cabra Figa, Cabeço de Mouro B, 25 de Abril, Cabeço de Cação, Poço de Cação, tudo isso está a avançar e vai continuar a avançar, em articulação com as comissões de moradores. Vir dizer que isso está parado não vale a pena, porque as pessoas que lá vivem e as comissões de moradores que os representam sabem que isso não é verdade. -----

--- As reuniões têm acontecido e continuam a acontecer. As coisas continuam a evoluir e são cada vez mais transparentes. Há menos gabinetes técnicos e de engenharia a trabalhar contra estes processos (é preciso dizer as coisas como elas são), a fazerem coisas contrárias ao avanço e ao processo de legalização. Portanto, podem contar com este executivo para que isso tudo aconteça mais rapidamente. E não fiquem preocupados, porque, ao contrário, do que aconteceu no passado, anquilosados não há. -----

--- O **presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com onze a favor (PSD, CDS e CHEGA), oito abstenções (PS) e dois votos contra (PCP e BE -- declaração de voto anexa à ata). -----

--- **Ponto Onze - Aquisição de Serviços de Auditoria Externa - Apreciação e votação.** -----

--- O **presidente da Junta** introduziu o ponto, dizendo que "este não é, ao contrário do foi noutras freguesias e noutros momentos, um ato político. É um ato de gestão. Como está explicado na proposta, se a lerem tranquilamente, como devem imaginar, há aqui um ciclo de vida político, económico e de gestão que importa encerrar, até para segurança e tranquilidade dos que cá estiveram e para a mesma segurança e tranquilidade dos que vão iniciar este processo. -----

--- À semelhança do que já aconteceu noutros momentos (o mais próximo que recordo aconteceu no mandato anterior na Freguesia de Carcavelos), entendemos que não deve ser ninguém deste executivo, nem ninguém que possamos ir buscar a uma freguesia ou a uma câmara qualquer dos arredores, que venha aqui fazer uma auditoria e que depois chegue a conclusões que possam ser, estas sim, ideológicas e enviesadas do ponto de vista técnico. -

--- Para tranquilidade de todos, o que vamos pedir é uma auditoria externa e independente a uma empresa. Depois, o relatório que resultar dessa auditoria será transmitido à assembleia e será discutido entre todos. O que queremos é dar paz e tranquilidade a quem cá esteve e paz e tranquilidade a quem agora iniciou novas funções no novo ciclo. Não é nada mais, nada menos, do que isso. Espero que os considerandos que estão na proposta sejam suficientemente esclarecedores para que todos possam entender o que aqui pedimos". -----

--- O **presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com vinte votos a favor (PSD, CDS, PS, PCP e CHEGA) e um voto contra (BE). -----

---- O **Presidente de Junta** informou que irá ocorrer a sessão de apresentação pública do Plano Diretor Municipal (PDM) no dia 8 de fevereiro, pelas 21 horas, em princípio no Grupo 1.º de Maio de Tires, desafiando todos a estarem presentes no evento. -----

---- **Ponto Doze - Ata em minuta da sessão - Apreciação e votação.** -----

---- Concluída a ordem do dia, foi posta à consideração e votação da assembleia a ata em minuta da sessão, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

---- Agradecendo a todos, o **presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e quarenta e oito minutos. -----

---- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

---- 1.ª SECRETÁRIA Ana Carolina Reis 2.º SECRETÁRIO Hugo Gonçalves

----- O PRESIDENTE -----

Z. A. Ribeiro



Assembleia de Freguesia de São Domingos de Rana

Reunião de 12 de janeiro de 2022

Declaração de Voto - Ponto 4

A descentralização administrativa é uma prática em geral benéfica para os administrados, permitindo ganhos de eficácia e eficiência e aproximando a gestão local dos cidadãos e dos territórios. Porém, não deve ser levada a cabo quando não haja certezas quanto aos ganhos de eficácia e eficiência, bem como quanto ao facto das instâncias para as quais são delegadas as competências deterem os recursos e capacidades necessários para poderem assumir as competências em questão. Para que isto se verifique no caso concreto, a delegação de competências para as freguesias deverá sempre fazer-se anteceder por estudos prévios que demonstrem estes mesmos requisitos, estudos esses que aliás estão previstos e são exigidos pela legislação sobre esta matéria (Artigo 115º, nº3, da Lei 75/2013 – Regime Jurídico das Autarquias Locais).

Há vários anos – desde 2014 - que o Bloco de Esquerda vem assinalando que as propostas de transferência de competências do município de Cascais para as freguesias do nosso concelho não se fazem acompanhar por estes mesmos estudos, impossibilitando por isso a verificação do cumprimento dos requisitos em causa. Estranhámos especialmente que estas propostas não se façam acompanhar por esses estudos porquanto os próprios Contratos Interadministrativos. Se estes estudos existem, tal como exigido por lei e indicado nas minutas de contratos, onde estão eles e por que motivos não são facultados a esta Assembleia?

Na ausência de tais estudos, consideramos que a transferência de competências não se encontra adequadamente fundamentada, sendo precipitada e podendo ser lesiva dos interesses

dos munícipes e fregueses. Não deve por isso ser levada a cabo nas circunstâncias atuais, motivo pelo qual o Bloco de Esquerda vota desfavoravelmente estas proposta.

O Eleito do Bloco de Esquerda

Francisco Caldeira



Assembleia de Freguesia de São Domingos de Rana

Reunião de 12 de janeiro de 2022

Declaração de Voto - Ponto 8 e 9

Sobre o ponto em discussão, é proposto pelo executivo da JF que seja aprovada uma autorização genérica para que dispense o Executivo de obtenção de autorização prévia, por esta assembleia, "na assunção de compromissos plurianuais, nos casos" que:

- a) "resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano" e
- b) "os seus encargos não excedam o limite de € 99.759,58 (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos."

A lei permite, este expediente da dispensa, mas enquanto exceção e não enquanto modo normal de proceder.

A Assembleia ao aprovar esta autorização estará a abdicar do seu dever de fiscalização e de controlo enquanto órgão deliberativo sobre o órgão executivo.

Pelo exposto, o Bloco de Esquerda não pode votar favoravelmente esta proposta.

O Eleito do Bloco de Esquerda

Francisco Caldeira



Assembleia de Freguesia de São Domingos de Rana

Reunião de 12 de janeiro de 2022

Declaração de Voto - Ponto 10

Referidos os documentos que melhor exprimem as escolhas, as prioridades de uma Junta de Freguesia ou de uma Câmara Municipal, como votar as propostas apresentadas pelos órgãos executivos?

Para além da avaliação rigorosa pelas organizações locais do Bloco de Esquerda, do conteúdo concreto dos orçamentos e opções dos planos, isto é, onde e como vão ser utilizadas as receitas da freguesia ou do município, devemos ter em conta que nos nossos programas eleitorais defendemos outras escolhas, outras opções políticas, outras prioridades para servir os cidadãos e as cidadãs das freguesias e dos municípios.

Com esta perspetiva, votar contra aqueles documentos parece ser o posicionamento mais condizente com a vontade dos eleitores do Bloco de Esquerda, que esperam propostas combativas, diferentes daquelas que geralmente são apresentadas pelo poder autárquico.

O Eleito do Bloco de Esquerda

Francisco Caldeira

